



A SOCIEDADE E A SIMPLIFICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA

Julia Giovana Mera da Silva¹, Ana Luisa Moser Keitel², Carla Rosane da Silva Tavares Alves³,
Kauã de Campos Vargas Ribas⁴, Antonio Escandiel de Souza⁵

Resumo: O projeto tem como objetivo tornar mais visível à distância que se tem entre a sociedade e o âmbito jurídico, e mais aparente a dificuldade do leigo no entendimento da terminologia usada pelos operadores de direito. Foram feitas entrevistas com a população cruz-altense. As entrevistas foram realizadas com pessoas empregadas em diversas áreas e níveis de escolaridade de nível básico médio e superior. Embora apresentassem papéis e ensinamentos diferentes, algo que se tornou comum entre os entrevistados foi a necessidade de uma simplificação na linguagem jurídica. Em um cenário onde maior parte dos civis entrevistados não tinha total entendimento das perguntas que lhes foram feitas, se torna mais necessário uma normalização da comunicação. Após a comparação de dados entre as etapas, nota-se que a ideia de simplificação não se torna conveniente apenas entre os leigos, visto que estudantes do direito e alguns professores também concordam com a ideia. Em contra partida existem os que são contra a simplificação dessa linguagem, os mesmos usam como argumento a possível banalização do meio jurídico perante a sociedade, ou interpretam como a desvalorização dos operadores do direito, pois consideram o advogado, por exemplo, como um intermediário entre uma autoridade do meio judicial e um leigo. Esses pensamentos são os que deixam a simplificação da terminologia mais distante da sociedade. Mesmo que ela seja uma solução para a sociedade. Ocorreram encontros quinzenais com os colaboradores do projeto, a fim de estabelecer uma discussão teórica consistente entre o grupo, o que auxiliou na análise e interpretação dos dados, bem como na organização e sistematização desses dados em forma de resultados para divulgação.

Palavras-chave: Comunicação. Inclusão. Linguagem.

¹ Bolsista PIBIC/CNPq/Unicruz. Discente do curso de Direito, da Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Cruz Alta, Brasil. Pesquisadora do Grupo de Estudos Linguísticos - GEL/Unicruz. E-mail: juliamera3@gmail.com

² Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Unicruz. Bacharela em Direito pela UNICRUZ. Pesquisadora do Grupo de Estudos Linguísticos – GEL/Unicruz. Integrante do Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos da Universidade de Cruz Alta - GPJUR/Unicruz. E-mail: analuisakeitel@gmail.com

³ Doutora em Letras (UFRGS). Docente de Linguagem e Argumentação Jurídica Unicruz e colaboradora do projeto CNPq “Discurso e Sociedade: a simplificação da Linguagem Jurídica como forma de Democratizar o acesso à Justiça, garantindo ao cidadão leigo o exercício da cidadania”. E-mail: ctavares@unicruz.edu.br

⁴ Bolsista PIBIC-EM/CNPq/Unicruz. Discente do 3º ano do Ensino Médio da E. E. E. B. Margarida Pardelhas - Cruz Alta, Brasil. E-mail: ribaskaua@gmail.com

⁵ Doutor em Linguística Aplicada - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FRGS. Pesquisador líder do Grupo de Estudos Linguísticos - GEL/Unicruz e Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. E-mail: asouza@unicruz.edu.br